

**XII MANDATO**

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

**ATA N.7****Reunião ordinária de 8 de janeiro de 2018**

----- Aos **oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito**, no Edifício GNRation, pelas nove horas e trinta minutos, realizou-se a reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Braga sob a Presidência do Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, com a presença dos Srs. Vereadores, Jorge Miguel Assis Caldeira Cruz Corais, Altino Bernardo Lemos Bessa, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Artur Jorge Oliveira Feio, Firmino José Rodrigues Marques, Alberto Carlos Carvalho de Almeida, Liliana Angélica Costa Matos Pereira, Lídia Brás Dias e João Vasconcelos Barros Rodrigues. Faltou o Sr. Vereador Miguel Sopas de Melo Bandeira, cuja falta foi justificada pelos. Presidente. Verificada a presença da maioria dos membros, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. Secretariou Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimarães, Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva. De seguida, dispensada como está leitura das atas das reuniões anteriores (**número seis**) passou-se à apreciação do expediente pela ordem seguinte: RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA. Para conhecimento é presente o diário da tesouraria respeitante ao **dia 2. PROCESSO RELATIVO À CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 14.366 M2 (MONTE PICOTO) À "DIVERLANHOSO, ATIVIDADES DESPORTIVAS, LDA" PARA INSTALAÇÃO DE UM PARQUE AVENTURA, ADJUDICADO EM REUNIÃO DE 8 DE MAIO DE 2017:** Da **DACPGP** submetendo à consideração do Executivo: 1 – Revogação da deliberação do Executivo Municipal datada de 8.05.2017, através da qual foi adjudicado o direito de superfície sobre parcela de terreno com a área de 14.366 m2, sito no Monte Picoto, para implantação de um "Parque Aventura", em favor da Sociedade "Diverlanhoso, Atividades Desportivas,

Lda. 2- Adjudicação da constituição do direito de superfície ao subscritor da proposta posicionada em segundo lugar no Procedimento. Ou 2.1 – Determinação da realização de nova hasta pública, adaptando-se o regulamento existente, designadamente em matéria de prazos.

***"Deliberado revogar a deliberação de 8.05.2017 e determinar a realização de nova hasta pública, nos termos do ponto 2.1".***

**ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS NA VIA PÚBLICA:** Da **DMOSM**, submetendo à consideração do Executivo proposta para aprovação da resposta de esclarecimentos (em anexo) e ainda a retificação do artigo 18º. do Programa do Concurso, bem como a prorrogação do prazo para entrega das propostas, de acordo com o disposto nos nºs 1 e 4 do artigo 64º. do CCP. ***"Deliberado aprovar.***

***Abstenção do PS e CDU".*** **ANULAÇÕES E REGULARIZAÇÕES DE GUIAS DE RECEBIMENTO E FATURAS – FATURAÇÃO 2º. E 3º.**

**TRIMESTRE DE 2017:** Da **DIVISÃO FINANCEIRA** submetendo à consideração do Executivo a validação das anulações e regularizações efetuadas no 2º. e 3º. trimestre de 2017, nos termos da informação que se anexa. ***"Deliberado aprovar. Abstenção do PS e CDU".***

**CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:** Submete-se à consideração do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal os Contratos Interadministrativos de delegação de competências: **a)- Freguesia de Palmeira**, para a execução da obra **"Alargamento e Pavimentação da Rua de Vilarinho – Trabalhos a mais"**, no montante de **7.417,42 €** com IVA incluído. **b)- União de freguesias de Este (S. Pedro e S. Mamede)**, para a execução da obra **"Rua da Igreja – 1ª. fase –Este S. Mamede"**, no montante de **5.618,00 €**. ***"Deliberado aprovar. Remeter à Assembleia Municipal".*** **ATRIBUIÇÃO DE APOIOS**

**FINANCEIROS/FREGUESIAS:** Submetem-se à apreciação do Executivo

com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros: **a) Freguesia de Tadim**, destinado a apoiar a execução da obra **"Aquisição e montagem de ar condicionado em espaço do cidadão"**, no valor de **2.410,80 euros**; **b) União de Freguesias de Merelim (S. Pedro) e Frossos**, destinado a apoiar a execução **"Obras de conservação do cemitério – Merelim S. Pedro"**, no valor de **22.341,94 euros**. **c) União de Freguesias de Sta. Lucrécia de Algeriz e Navarra**, destinado a apoiar a realização de mais uma edição da Aldeia de Jesus, no valor de **500,00 euros**. **"Deliberado aprovar. Remeter à Assembleia Municipal"**. **CONCESSÃO DE SUBSÍDIOS/APOIOS FINANCEIROS**: **a) Do Sr. Vice-Presidente**, submetendo ao Executivo Municipal, as seguintes propostas de apoio financeiro/subsídio: - **Refood 4 Good – Associação de Solidariedade Social** para pagamento da renda mensal do Centro de Apoio (fração B do prédio urbano sito na Av<sup>a</sup>. Artur Soares, nºs 354 a 358, freguesia de S. Vicente, em Braga), por um período de um ano, com início em janeiro de 2018, podendo ser renovável, caso uma das partes não se pronuncie em sentido contrário, pelo menos 30 dias antes, **apoio esse correspondente a 50%, no valor de 110,00 €**. - **Associação de Pais e Amigos da Freguesia de Cunha**, no valor de **2.500,00 €**, destinado a aquisição de uma carrinha nova adaptada. **b) Da Sr<sup>a</sup>. Vereadora da Área do Desporto, Juventude e Associativismo**, propondo a atribuição dos seguintes subsídios: - **Ao Hóquei Clube de Braga**, no montante de **10.000,00 €**, destinado à realização do Torneio de Hóquei em Patins e Torneio de Patinagem Artística a realizar em Braga. - **Bracara Team Associação**, no montante de **800,00 €**, destinado a fazer face às despesas de deslocação dos atletas Paulo Faria e Vânia Araújo. **c) Da Sr<sup>a</sup>. Vereadora da Área da Cultura**, propondo a atribuição dos seguintes subsídios: - **Fundação Bracara Augusta**, no montante de **348.500,00**

€, como forma de comparticipação do seu plano de atividades. - **Conselho Cultural da Universidade do Minho**, no montante de **1.000,00 €**, como forma de comparticipação na 26ª. edição do Prémio Victor de Sá. **"Deliberado aprovar. Abstenção do PS e voto contra da CDU na parte que diz respeito à Fundação Bracara Augusta".**

**PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO - O MUNDO A SORRIR – ASSOCIAÇÃO DE MÉDICOS DENTISTAS SOLIDÁRIOS PORTUGUESES:** Da **Divisão de Desporto, Juventude e Associativismo**, submetendo proposta de apoio financeiro a **O Mundo a Sorrir – Associação de Médicos Dentistas Solidários Portugueses**, no valor de **39.403,18 €**, necessário para a continuidade e aumento do projeto – Braga a Sorrir - com o objetivo de aumentar o número de consultas de reabilitação oral e o número de próteses dentárias. **"Deliberado aprovar. Abstenção do PS".**

**PROPOSTA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REABILITAÇÃO DE HABITAÇÃO, AO ABRIGO DO PROJETO BRAGASOL – MARIA ARMANDA RIBEIRO FERNANDES:** Do **Vice-presidente** submetendo à consideração do Executivo Municipal, no âmbito do projeto BRAGASOL, proposta para execução de obra de reabilitação da habitação de **Maria Armanda Ribeiro Fernandes**, no imóvel sito na Rua Dr. Fonseca Lima, nº. 12, freguesia de S. Vicente, em Braga, para o qual serão fornecidos materiais de construção, assim como a mão de obra, cujo custo global é de **1.653,90 € + IVA. "Deliberado aprovar".**

**ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS:** Submete-se para apreciação do Executivo, nos termos do previsto no nº. 1, do artº H-1/18º do Código Regulamentar do Município de Braga, os pedidos de isenção de taxas municipais constantes dos mapas anexos. **"Deliberado aprovar. Dar conhecimento à Assembleia Municipal".**

**RATIFICAÇÃO DA ATA DA PRAÇA RELATIVA À HASTA PÚBLICA DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE**



**STANDS DE VENDA DE BEBIDAS PARA O EVENTO DESIGNADO COMO PASSAGEM DE ANO 2017, NA AVENIDA CENTRAL - BRAGA:**

Para ratificação submete-se a decisão do Sr. Presidente, para adjudicação do direito de exploração para o evento designado como **Passagem de ano 2017**, de seis roulettes de vendas de bebidas, a colocar na Av. Central, Braga, cuja ata da praça se dá como reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta ao livro de atas depois de rubricada por todos os membros presentes na reunião. **"Deliberado ratificar. Abstenção do PS e CDU".** **AGERE-EMPRESA DE ÁGUAS, EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA- EM - PROPOSTA DO TARIFÁRIO PARA O ANO DE 2018:** Da **AGERE-EMPRESA DE ÁGUAS, EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA- EM**, submetendo à consideração do Executivo, **proposta do tarifário para 2018**, documento que se dá como reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao livro de atas depois de rubricada por todos os membros presentes na reunião. **"Deliberado aprovar. Voto contra do PS. Abstenção da CDU".** O Sr. Vereador da CDU levantou três questões: 1. Que medidas foram tomadas depois dos incêndios para prevenir e evitar enxurradas das linhas de água e para reflorestar a área ardida como consequência dos incêndios do ano passado. 2. Ponto de situação do Edifício Pé Alado/S. Geraldo e da Escola EB1 de S. Lázaro; 3. Solicitou esclarecimento acerca do estacionamento à superfície por parte da ESSE. Em relação a este assunto também o Sr. Vereador Miguel Corais defendeu, à semelhança de um outro município, a gratuidade do primeiro quarto de hora no centro da cidade e um preço mais vantajoso nas zonas exteriores ao centro. O Sr. Presidente informou que relativamente aos incêndios e ações de reflorestação, Braga foi o primeiro município do norte do país a fazer um levantamento exaustivo, não apenas das áreas ardidas, mas sobretudo do levantamento das áreas sensíveis e de risco em termos de possíveis contaminações de solo, cursos

de água e de risco (para situações como aquelas que se verificaram em dezembro, tal como derrocada de terras). Apresentou-se um dossier muito detalhado à APA que convocou todos os municípios para uma reunião já em novembro para avaliar essas situações e bem como um orçamento inerente a essas intervenções que rondava os 2 milhões de euros e que no seu conjunto aguardaria financiamento. Em termos de financiamento, só na semana passada é que houve uma resolução do conselho de ministros para alargar também para as áreas ardidas no dia 15 de outubro os mesmos apoios que existiam para os incêndios que se verificaram em Pedrogão e só agora é que a APA irá libertar os recursos. Mesmo sem esses recursos e antes das inundações, os serviços da câmara já tinham realizado várias intervenções de correção, nomeadamente nos cursos de água, para minorar os impactos das eventuais derrocadas. Foram feitas também outras intervenções em diversos locais e aguardamos agora o financiamento para fazer uma intervenção estrutural mais abrangente e correspondendo às 14 zonas de risco sinalizadas. Relativamente à componente de reflorestação, a atuação da câmara é marginal, uma vez que essa matéria não se encontra sob a sua tutela em termos de gestão. A propriedade de boa parte das zonas ardidas é privada, pelo que não compete diretamente à câmara municipal proceder a essa reflorestação. Ainda assim, a Câmara Municipal tem canalizado para o espaço ardido muitas ações de solidariedade e voluntariado, com autorização dos proprietários e tem custeado os projetos que terão de ser elaborados para submeter candidaturas ao PDR no âmbito de processos de reflorestação. Relativamente ao Edifício Pé Alado, o contrato ainda não está em vigor porque ele previa na sua modalidade original uma comparticipação por parte do proprietário de 150 mil euros, mas, após várias visitas ao local, permanece em diálogo com a junta de S. Lázaro uma intervenção de maior vulto, pelo que se discute a eventual

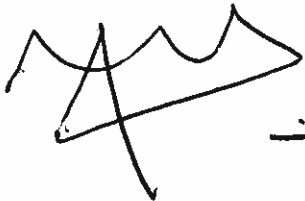
incorporação destas necessidades no próprio contrato de arrendamento e a possibilidade de ser a própria câmara a suportar diretamente a repartição de custos entre a câmara e a junta. Estas questões não estão totalmente esclarecidas, até porque a própria intervenção também não está devidamente fechada. Assim, como há aqui alguma indefinição, o contrato está pendente dessa questão. Já o Edifício S. Geraldo esse está em vigor desde agosto. A CMB tem um prazo para elaborar o projeto e avançar com a obra, estando o projeto a ser discutido em equipa coordenada pela Sr<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cláudia Leite, que vai procurar fazer a incorporação dos contributos do pelouro da cultura e dos serviços municipais, mas também dos agentes locais. Não existe ainda um modelo fechado sobre aquilo que será a obra ali a realizar mas nos próximos meses teremos uma clarificação sobre esta matéria. Uma vez fechado o projeto, seguir-se-ão as restantes fases que antecedem o concurso e a execução da obra. Quanto à questão do estacionamento nas ruas de Braga o sr. Presidente informou que a câmara municipal deliberou em 2016 o resgate da concessão, logo a seguir a essa deliberação foi notificado o concessionário dessa intenção. Ele está desde essa altura alertado para a expiração do contrato, uma vez ultrapassados os 5 anos da concessão o que acontece amanhã. Na semana passada, a CMB limitou-se a enviar uma notificação. Temos conhecimento que a ESSE terá intentado duas ações no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, mas não sabemos se são tentativas de suspender o resgate da concessão uma vez que a CMB ainda não foi notificada. Pode haver margem para a ESSE reclamar outros valores de indemnização, mas não se admite que a concessionária tenha margem legal para impedir o fim da concessão. Quando os parquímetros estiverem a ser geridos pela Câmara Municipal só se irão, em princípio, cobrar o estacionamento nas 28 ruas do centro histórico que tinham parquímetros em 2003. **INTERVENÇÃO DO**

**PÚBLICO** – O Sr. João Soares, pai de uma das alunas que frequentam a escola EB1 de S. Lázaro, em nome de todos os pais presentes, leu uma exposição onde se salientava a necessidade de que a empreitada desta escola avance rapidamente, porque os principais prejudicados são os alunos. Apelou para que a Câmara de Braga faça um esforço suplementar no sentido de que a obra seja realizada já no próximo ano letivo 2018/2019, caso contrário pedem a resolução de problemas práticos que se colocam na escola, como a substituição de WC de adultos para crianças, a colocação de desumidificadores nas salas e um coberto para os meses de Verão, para além de mais assistentes operacionais que são necessários. Pretendem simplesmente que a obra avance e uma estimativa de duração da mesma. Um ano é aceitável, dois anos já é incomodativo e o terceiro ano é inconcebível. O Sr. Presidente da Câmara garantiu não haver nenhum pai que possa acusar a câmara de não ter cumprido com as suas responsabilidades. A preocupação da Câmara Municipal mantém-se: dotar a escola de melhores condições. Em relação ao aceleração da obra não há nada que seja possível realizar, sob pena de violação do contrato. Lembra que a câmara tem atendido aos pedidos que vão sendo feitos para a melhoria das condições nos contentores e que a bolsa de assistentes operacionais só será fechada em fevereiro próximo, estando prevista a colocação de mais recursos nas escolas. Lembra que nenhum dos atrasos pode ser imputado à autarquia e que se espera que o Visto chegue ainda esta semana para que a obra arranque de imediato.

**APROVAÇÃO EM MINUTA:** Deliberado por unanimidade aprovar a presente ata em minuta nos termos do número três do artigo cinquenta e sete Anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, para surtir efeitos imediatos. **ENCERRAMENTO:** Às **onze horas e trinta minutos** e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Sr. Presidente encerrada a reunião da qual para



constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimarães, Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva.



میر پدرو پیرس ریبیرو آنتونز گومارز